

Renda, Desigualdade e Pobreza no Estado do Piauí: Anos 90

Jaíra Maria Alcobaça Gomes

Professora Adjunta do Dep. de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí, Pesquisadora do Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste (TROPEN/UFPI) e Doutora em Economia Aplicada (ESALQ/USP).

Resumo:

Analisa a distribuição da renda e a pobreza no Piauí, identifica os condicionantes sócio-demográficos dessa distribuição e da pobreza, e verifica a influência das variáveis de situação do domicílio urbano e rural, educação, sexo, idade, posição na ocupação, horas de trabalho e setor de atividade no perfil distributivo da renda entre as pessoas economicamente ativas. A pobreza é enfocada sob o ponto de vista da insuficiência de renda. A análise dos dados individuais das PNAD de 1992, 1993 e 1995 indicou que os principais determinantes da renda de uma pessoa economicamente ativa no Piauí são a idade e a escolaridade. No domicílio urbano destacam-se a idade e a escolaridade e, no rural, a idade, horas de trabalho e a escolaridade. Na atividade agrícola, a idade, a posição na ocupação e horas de trabalho. A pobreza nos anos 90 é ainda elevada, principalmente quando se considera o domicílio rural e as pessoas são ocupadas na agricultura. O desenho de políticas sociais deve, então, passar prioritariamente pelo incentivo à educação e à geração de alternativas de renda agrícola.

Palavras-chave:

Distribuição de Renda; Pobreza; Brasil-Piauí; Brasil-Nordeste.

1 - INTRODUÇÃO

A temática da distribuição da renda assume papel fundamental no contexto do desenvolvimento tanto no aspecto qualitativo quanto no de medição do grau desse desenvolvimento. O Brasil tem um perfil distributivo da renda extremamente desigual e se posiciona entre os piores do mundo.

A carência da literatura sobre distribuição da renda no Estado do Piauí é grande, na medida em que o Estado é apenas citado nos estudos para o Brasil e Região Nordeste, pelo seu alto grau de desigualdade na distribuição da renda. Portanto, partir do princípio de que os estudos, em particular aqueles sobre a distribuição da renda nordestina, explicam o caso do Piauí, é negar as especificidades inerentes aos estados.

A disponibilidade e o acesso às informações sobre a distribuição da renda no Piauí constituem requisitos essenciais para uma ação ordenada global na elaboração das políticas de geração de renda.

O estudo da desigualdade da distribuição da renda no Estado do Piauí nos anos 90 é realizado através dos dados individuais das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios-PNAD's de 1992, 1993 e 1995. Para isso, verificam-se as formas de inserção da população economicamente ativa-PEA com rendimento no mercado de trabalho, segundo o setor de atividade do trabalho principal (agrícola ou não-agrícola) e identificam-se os fatores associados à desigualdade da distribuição, com o auxílio do Procedure GLM do *Statiscal Analysis Software-SAS* (procedimento do *Statiscal Analysis Software-SAS* para estimação de

TABELA 1
PESSOAS OCUPADAS NO MERCADO DE TRABALHO
POR FORMA DE INSERÇÃO - PIAUÍ - 1992, 1993 E 1995.

Categorias de inserção	Anos			Taxa anual de crescimento
	1992	1993	1995	1992/1995
Total	787.043	884.367	913.809	
Distribuição relativa	100,0	100,0	100,0	
Empregadores	2,3	4,7	2,5	8,7
Empregados públicos ⁽¹⁾	7,9	9,3	9,0	13,9
Empregados particulares ⁽²⁾	37,0	33,6	33,0	-10,8
Trabalhadores autônomos ⁽³⁾	43,8	39,8	41,0	-6,4
Trabalhadores domésticos ⁽⁴⁾	6,6	6,4	6,8	3,0
Não remunerados ⁽⁵⁾	2,4	6,3	7,7	220,8
Não-agrícola absoluta	501.782	557.751	583.504	
em percentual	63,8	63,1	63,9	
Distribuição relativa	100,0	100,0	100,0	
Empregadores	1,4	3,3	2,6	85,7
Empregados públicos ⁽¹⁾	12,4	14,7	14,1	13,7
Empregados particulares ⁽²⁾	48,0	45,1	43,7	-9,0
Trabalhadores autônomos ⁽³⁾	27,7	25,8	28,0	1,1
Trabalhadores domésticos ⁽⁴⁾	10,4	10,1	10,7	2,9
Não remunerados ⁽⁵⁾	0,2	1,0	0,9	350,0
Agrícola absoluta	285.261	326.616	330.305	
em percentual	36,2	36,9	36,1	
Distribuição relativa	100,0	100,0	100,0	
Empregadores	3,8	7,0	2,4	-36,8
Empregados particulares ⁽²⁾	17,9	13,9	14,2	-20,7
Trabalhadores autônomos ⁽³⁾	72,1	63,8	63,7	-11,7
Não remunerados ⁽⁵⁾	6,2	15,3	19,7	217,7

FONTE: IBGE. Microdados das PNAD de 1992, 1993 e 1995.

(1) Inclui as categorias militar e funcionário público. (2) Inclui as categorias empregado com carteira assinada, outros e empregados sem declaração. (3) Inclui a categoria com modelos lineares generalizados).

2 - A DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NO ESTADO DO PIAUÍ EM 1992, 1993 E 1995

Apresenta-se, na TABELA 1, a composição do mercado de trabalho no Piauí, conforme dados da posição na ocupação das pessoas economicamente ativas das PNAD de 1992, 1993 e 1995. Considerando-se o total das pessoas ocupadas em 1995, a categoria de maior frequência relativa é a dos trabalhadores autônomos (41,0%) e, em segundo lugar, os empregados particulares (33%). Na atividade não-agrícola destacam-se os empregados particulares (43,7%) e os trabalhadores autônomos (28,0%) e na atividade agrícola, os trabalhadores autônomos (63,7%) e os não remunerados (19,7%).

Registra-se o crescimento da categoria não remunerados na atividade não-agrícola de 350,0% e 217,7% na atividade agrícola no período de 1992 a 1995. Observa-se que as categorias empregadores, empregados públicos, trabalhadores autônomos e trabalhadores domésticos na atividade não-agrícola obtiveram crescimento, exceção dos empregados particulares, que decrescem em 9,0%.

Na atividade agrícola, as categorias dos empregadores, empregados particulares e trabalhadores autônomos decresceram em 36,8%, 20,7% e 11,7%, respectivamente.

As pessoas que desenvolvem atividade agrícola se concentram, basicamente, na faixa até 1 salário-mínimo-SM, com 81,6% (1992), 85,4% (1993) e 80,1% (1995). Na atividade não-agrícola essa participação se reduz para 66,8% (1992), 62,7% (1993) e 51,3% (1995). Observa-se que em ambas as atividades os rendimentos de mais de 50% das pessoas ocupadas no Piauí estão na faixa de até 1 SM.

O baixo rendimento das pessoas ocupadas traduz a própria composição do mercado de trabalho piauiense, onde 50,1% dessas pessoas em 1995 desenvolveram atividades no setor serviços, sendo que as pessoas ocupadas que recebem maiores salários no Estado do Piauí desenvolvem atividades administrativas ou técnicas. No ano de 1995, na faixa salarial de 15 a 20 SM, as pessoas ocupadas em atividades administrativas participavam com 80% e, na faixa mais de 20 SM, as pessoas ocupadas atingem frequência relativa de

TABELA 2
MEDIDAS DE DESIGUALDADE CONFORME DISTRIBUIÇÃO DA RENDA ENTRE AS PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS COM RENDIMENTO PIAUÍ - 1992, 1993 E 1995.

ESTATÍSTICA		1992	1993	1995
Número de pessoas da amostra		1.608	1.636	1.762
Número de pessoas da população		789.498	887.623	917.977
Rendimento médio ⁽¹⁾		1,10	1,23	1,49
Rendimento mediano ⁽¹⁾		0,614	0,736	0,699
Índice de Gini		0,611	0,615	0,579
Índice de Theil		0,552	0,582	0,517
Participação na Renda total dos	50% mais pobres	11,6	12,7	14,8
	10% mais ricos	49,5	50,8	48,1
	5% mais ricos	37,8	39,1	35,7
Razão entre a renda dos	1% mais ricos e 40% mais pobres	2,3	2,6	1,5
	5% mais ricos e 50% mais pobres	3,3	3,1	4,4
	10% mais ricos e 50% mais pobres	4,3	4,0	3,3

FONTE: IBGE.Microdados das PNAD 1992, 1993 e 1995.

(1) Valores reais em unidades iguais ao maior salário mínimo de agosto de 1980, de acordo

55,6% em atividades técnicas e 22,3% em administrativas.

73,8% (1993) e 74,4% (1995) não o fizeram, verificando-se um decréscimo dos contribuintes e a-

TABELA 3
MEDIDAS DE DESIGUALDADE DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA ENTRE AS
PESSOASECONOMICAMENTE ATIVAS COM RENDIMENTO E DOMICÍLIO
URBANO PIAUÍ - 1992, 1993 E 1995

ESTATÍSTICA		1992	1993	1995
Número de pessoas da amostra		999	1.009	1.062
Número de pessoas da população		490.494	547.433	553.284
Rendimento médio ⁽¹⁾		1,38	1,52	1,87
Rendimento mediano ⁽¹⁾		0,802	0,736	0,978
Índice de Gini		0,612	0,616	0,561
Índice de Theil		0,546	0,569	0,463
Participação na renda total dos	50% mais pobres	12,6	12,6	14,8
	10% mais ricos	50,5	50,6	45,3
	5% mais ricos	37,7	38,4	31,3
	1% mais ricos e 40% mais pobres	2,0	2,3	1,1
Razão entre a renda dos	5% mais ricos e 50% mais pobres	3,0	3,1	4,1
	10% mais ricos e 50% mais pobres	4,0	4,0	3,1

FONTE: IBGE. Microdados das PNAD 1992, 1993 e 1995.

(1) Valores reais em unidades iguais ao maior salário mínimo de agosto de 1980, de acordo com o INPC restrito.

(2)

TABELA 4
MEDIDAS DE DESIGUALDADE DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA ENTRE AS
PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS COM RENDIMENTO E DOMICÍ-
LIO RURAL PIAUÍ - 1992, 1993 E 1995.

ESTATÍSTICA		1992	1993	1995
Número de pessoas da amostra		609	627	700
Número de pessoas da população		299.004	340.190	364.693
Rendimento médio ⁽¹⁾		0,64	0,76	0,92
Rendimento mediano ⁽¹⁾		0,38	0,46	0,68
Índice de Gini		0,540	0,547	0,540
Índice de Theil		0,441	0,533	0,572
Participação na renda total dos	50% mais pobres	14,0	15,1	16,9
	10% mais ricos	39,0	43,8	44,0
	5% mais ricos	27,1	33,9	34,9
Razão entre a renda dos	1% mais ricos e 40% mais pobres	1,3	1,9	2,2
	5% mais ricos e 50% mais pobres	1,9	2,3	2,1
	10% mais ricos e 50% mais pobres	2,8	2,9	2,6

FONTE: IBGE. Microdados das PNAD 1992, 1993 e 1995.

Informa-se, ainda, que do total das pessoas economicamente ativas apenas 26,8% (1992), 26,2% (1993) e 25,6% (1995) contribuíram para Previdência, e, em contrapartida, 73,2% (1992),

crécimo dos não contribuintes. Esse indicador sinaliza o crescimento das relações de trabalho informais no Estado do Piauí. Registra-se, ainda, que 2.455 (1992), 3.256 (1993), 4.168 (1995) pes-

soas não declararam se contribuem ou não para a Previdência.

Em síntese, as pessoas economicamente ativas com rendimento compõem-se na sua maioria de homens (63% em 1995) que residem em domicílio urbano (60,3% em 1995) e estão ocupados em atividades não-agrícolas (63,9% em 1995). O nível de escolaridade é extremamente baixo. Estas características favorecem a compreensão da distribuição da renda no Piauí, na medida que vários estudos sobre a desigualdade da distribuição da renda no Brasil nos anos 1980 e 1990 vão retomar as mudanças qualitativas na composição da PEA como variáveis explicativas dessa desigualdade.

As medidas de desigualdade da distribuição da renda entre as pessoas economicamente ativas constam na TABELA 2. Verifica-se que no período 1992-1995 o Índice de Gini passou de 0,611 para 0,579 e o Índice de Theil de 0,552 para 0,517. No ano de 1993 ocorreu um ligeiro aumento dessas medidas em relação a 1992.

O rendimento médio aumentou 11,8% de 1992 a 1993 e 21,1% de 1993 a 1995, e o rendimento mediano cresceu em 19,9% de 1992 a 1993, mas decresceu em 5% de 1993 a 1995.

Os 50% mais pobres tiveram uma participação na renda total de 11,6% (1992), 12,7% (1993) e 14,8% (1995), enquanto os 10% mais ricos apropriam-se de 49,5% (1992), 50,8% (1993) e 48,1% (1995) da renda total, o que permite afirmar que os 50% mais pobres aumentaram sua participação na renda total em 9,7% de 1992 a 1993 e de 16,9% no período 1993-95, e os 10% mais ricos quase que mantiveram a sua participação, porque apesar do decréscimo de 5,3% de 1993 a 1995, houve uma elevação de 2,6% de 1992 a 1993, gerando uma redução na participação na renda total de 2,8% de 1992 a 1995.

A diminuição da desigualdade da distribuição da renda nos anos 1990 também pode ser visualizada pela razão entre a renda dos 1% mais ricos e dos 40% mais pobres, que decresce de 2,3 em 1992 para 1,5 em 1995. Isso indica que o rendimento médio das pessoas economicamente ativas

que pertencem aos 1% mais ricos é 90,8 vezes maior que o rendimento médio das pessoas que fazem parte dos 40% mais pobres em 1992 e 60,8 vezes em 1995.

As TABELAS 3 e 4 apresentam as medidas de desigualdade para a PEA com rendimento, considerando o domicílio rural e urbano. Verifica-se que a relação entre os rendimentos médios urbano e rural foi de 2,16 em 1992, 2,00 em 1993 e 2,03 em 1995, podendo-se afirmar que a diminuição da desigualdade de 1993 a 1995 está associada, basicamente, à diminuição da desigualdade dentro da área urbana.

Isso pode ser um indicador de que o controle da inflação com o Plano Real tem maior efeito no rendimento das pessoas economicamente ativas no domicílio urbano, porque a PEA urbana está mais integrada no mercado de trabalho formal.

Nota-se que o Índice de Gini é mais elevado no meio urbano e o Índice de Theil o é somente em 1992 e 1993, já que em 1995 capta uma maior desigualdade no domicílio rural. O índice de Gini decresceu em 8,3% para a PEA com domicílio urbano, considerando o período de 1992 a 1995. Para a PEA com domicílio rural, esse índice se manteve inalterado de 1992 a 1995.

A proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres é menor na zona urbana do que na rural para todos estes anos. A parcela da renda apropriada pelos 10% mais ricos é maior no meio urbano, o mesmo ocorrendo para os 5% mais ricos.

Infere-se, com base nessas informações, que o Piauí não pode ser mais qualificado como um estado com distribuição da renda especialmente desigual quando comparado com o Nordeste e com o País como um todo. Verifica-se que as disparidades da distribuição da renda no Piauí se equipararam, nos anos 90, às observadas para o Nordeste e para o Brasil, considerando-se o Índice de Gini de 0,589 e 0,590 para 1995, respectivamente

3 – COMPONENTES “ESTRUTURAIS” DA DESIGUALDADE DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

Denomina-se de componentes “estruturais” da desigualdade da distribuição da renda um conjunto de fatores sócio-demográficos e econômicos. Examina-se a influência do sexo, da idade, do grau de instrução, da situação do domicílio (urbano ou rural), da posição na ocupação, da natureza da atividade no trabalho principal e do número de horas de trabalho na variação dos rendimentos do trabalho das pessoas economicamente ativas com rendimento.

O contexto da análise considera que com a implantação do Plano Real (1994) ocorre uma queda acentuada da taxa de variação mensal da inflação de 35,6% em 1993 para 1,17% em 1995 (mês de referência da PNAD). A inflação é um mecanismo que reduz o poder de compra do rendimento do trabalho e redistribui a renda em favor dos segmentos que conseguem proteger parcialmente seus rendimentos mensais, porque as regras de aumentos salariais não obedecem a uma inde-

preços, possibilitando o acesso de pessoas de baixa renda ao mercado, principalmente das que residem em áreas urbanas. A redução da taxa de inflação afeta a renda média, contribuindo para sua elevação, entretanto não resolve as causas “estruturais” dos desníveis da renda, na medida que a desigualdade continua existindo e em níveis elevados, se comparados aos indicadores a nível mundial.

A influência dos fatores “estruturais” no rendimento das pessoas economicamente ativas foi captada através do modelo de regressão múltipla, incluindo um conjunto de variáveis binárias que assumem valor 1 ou zero, conforme a característica correspondente, seja ou não observada, utilizando o **Procedure GLM/SAS** para estimar as equações de rendimento.

As variáveis binárias foram definidas da seguinte forma:

1. uma variável binária para distinguir a situação do domicílio urbano ou rural, indicada por R.
2. uma variável binária para distinguir os dois sexos, indicada por S.

TABELA 5
NÚMERO DE OBSERVAÇÕES, VALORES DE F E R^2 E CONTRIBUIÇÃO MARGINAL DE CADA FATOR ⁽¹⁾ PARA O MODELO ESTIMADO; PIAUÍ- 1992, 1993 E 1995.

ESTATÍSTICA	ANOS		
	1992	1993	1995
NÚMERO DE OBSERVAÇÕES	1.540	1.405	1.500
F ⁽²⁾	63,4	74,2	65,9
COEFICIENTE DE DETERMINAÇÃO (%)	50,1	56,3	51,7
CONTRIBUIÇÃO MARGINAL ⁽²⁾ (%)			
situação do domicílio	0,8	0,3	1,4
sexo	10,7	5,5	4,6
idade	16,9	15,3	17,0
escolaridade	14,9	13,7	17,3
posição na ocupação	5,7	8,9	4,4
atividade principal	3,3	2,5	4,9
horas de trabalho	4,5	4,7	7,6

FONTE: IBGE. Microdados das PNAD 1992, 1993 e 1995.

(1) Contribuição marginal do fator (SSII (fator) SSMODEL) conforme Procedure GLM/SAS, em percentual.

(2) Os valores de F são estatisticamente significativos ao nível de 1%.

xação plena.

Por outro lado, o controle da inflação favorece ao aumento do rendimento via estabilização de

3. um conjunto de 8 variáveis binárias para as 9 faixas de idade: 10 a 14 anos, 15 a 17 anos, 18 a 19 anos, 20 a 24 anos, 25 a 29 anos, 30 a 39 anos,

40 a 49 anos, 50 a 59 anos e 60 anos e mais, representadas por D_i , com $i=1,...,8$.

4. um conjunto de 4 variáveis binárias para captar 5 níveis de escolaridade (anos de estudo): sem instrução ou menos de um ano, 1 a 4 anos, 6 a 8 anos, 9 a 11 anos, 12 ou mais anos, indicadas por E_j , com $j=1,...,4$.

5. um conjunto de cinco variáveis binárias para distinguir 6 categorias de posição na ocupação: empregado com carteira assinada, militar e funcionário público, outros empregados e empregados sem declaração, doméstica com carteira, sem carteira e sem declaração, conta-própria e empregadores, indicadas por P_h , com $h=1,...,5$.

6. para o setor do trabalho principal considera-se uma binária para distinguir a atividade agrícola e não agrícola, indicada por T .

7. quatro variáveis binárias para distinguir cinco níveis de horas de trabalho de todos os trabalhos: até 14 horas, 15 a 39 horas, 40 a 44 horas, 45 a 48 horas e 49 ou mais horas, indicadas por V_m , $m=1,...,4$.

A variável dependente (Y) é o logaritmo real do rendimento mensal de todas as fontes e a forma funcional (ou equação de rendimentos) é expressa por

$$Y = \alpha + \psi R + \beta S + \sum_{i=1}^8 \gamma_i D_i + \sum_{j=1}^4 \omega_j E_j + \sum_{h=1}^5 \theta_h P_h + \lambda T + \sum_{m=1}^4 \delta_m V_m + u \quad (1)$$

onde u é um erro aleatório que representa os efeitos de todas as demais variáveis que afetam o logaritmo do rendimento e não foram incluídas no modelo. Os parâmetros foram estimados pelo método de mínimos quadrados ponderados, sendo o fator de ponderação, para cada pessoa da amostra, o fator de expansão fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

O modelo foi ajustado considerando-se uma amostra de 1.540 (1992), 1.405 (1993) e 1.500 (1995) observações da PEA com rendimento,

sendo excluídas as pessoas com menos de 10 anos e as pessoas que não declararam escolaridade, posição na ocupação, atividade do trabalho principal e horas de trabalho, constituindo uma população de 756.111 (1992), 762.286 (1993) e 781.477 (1995) pessoas economicamente ativas, isto é, o ajuste do modelo foi feito apenas para a PEA com rendimento positivo (variável dependente) e com informação válida para todas as variáveis explanatórias consideradas.

A TABELA 5 revela os números de observações, os valores de F , os coeficientes de determinação e as contribuições marginais das variáveis sexo, idade, escolaridade e posição na ocupação, situação do domicílio, atividade do trabalho principal e horas de trabalho para 1992, 1993 e 1995.

Todos os fatores considerados mostram influência estatisticamente significativa em nível de 1%. O coeficiente de determinação indica que a equação de regressão explica 50,1% (1992), 56,3% (1993) e 51,7% (1995) das variações do logaritmo do rendimento das pessoas economicamente ativas. Como o rendimento individual é afetado por características pessoais cuja mensuração é praticamente impossível (ambiçã, tino comercial, etc), os coeficientes de determinação dessa ordem de grandeza são razoáveis em face da disponibilidade de informações e compatíveis com os obtidos por CORRÊA (1995), HOFFMANN (1994, 1997) e LANGONI (1973).

A contribuição marginal mostra a importância de cada fator como determinante das variações no logaritmo do rendimento (Y), isto é, o aumento da parte explicada das variações de Y obtido com a introdução da respectiva variável ou grupo de variáveis binárias, depois que todas as demais variáveis já tivessem sido incluídas. Observa-se que as variáveis com maior poder explicativo são a idade e escolaridade, com contribuição marginal superior a 13% nos três anos.

A idade foi considerada como uma *proxy* razoável para captar a contribuição do treinamento e experiência das pessoas, conforme estudos realizados por CORRÊA (1995), HOFFMANN (1996)

E 1997) e LANGONI (1973), porque estaria traduzindo o aumento de produtividade associado ao aprendizado no próprio trabalho, a exploração dos diferenciais de produtividade existentes no mercado e o aumento real nas possibilidades de acumular capital físico.

No Piauí, este fator reflete o fluxo de jovens na PEA piauiense. As pessoas com idade de 10 a 24 anos correspondem a 23% do total da PEA em 1995 e concentram-se nas faixas salariais de até 2 SM. Observa-se também que a renda aumenta com a idade, porque somente a partir dos 25 anos há pessoas nas faixas salariais acima de 10 SM. As pessoas que recebem acima de 20 SM têm 29 anos ou mais, confirmando-se que com a idade o rendimento tende a ser maior, por um lado, pelo acúmulo de aprendizado e, por outro, porque os membros das famílias ricas ingressam, em geral, mais tarde na população economicamente ativa. A maioria dos elementos da PEA do Brasil na faixa de 10 a 19 anos de idade ainda fazem parte da família dos pais, segundo HOFFMANN & SILVA (1979).

Vários autores concordam em que a maior escolaridade está associada com maior rendimento no Brasil. No Piauí, o aumento do grau de escolaridade das pessoas economicamente ativas reflete-se na elevação dos rendimentos recebidos, visto que 30% das pessoas com 15 anos ou mais de estudo recebem mais de 20 SM em 1995, sendo, portanto, um fator importante para explicar as variações dos rendimentos.

As diferenças de renda atribuídas ao sexo, em grande parte, são rotuladas como “discrimina-

ção”, justificada pelo menor potencial de força física feminina (limitando as possibilidades de emprego feminino nos níveis mais baixos de qualificação) e maiores riscos para a firma (ausência temporária do emprego no período de gestação). Essas diferenças existem independentemente da idade, da atividade ou do nível de educação.

É importante, então, verificar que a contribuição marginal do sexo na variação do rendimento no Piauí foi de 10,7% (1992), 5,5% (1993) e 4,6% (1995), podendo indicar que a diferença entre o rendimento do homem e da mulher diminuiu. Isso é comprovado pelos dados de que o rendimento esperado de uma mulher é igual a 47,1% (1992), 57,3% (1993) e 64,5% (1995) do rendimento esperado de um homem.

A pequena contribuição desse fator em 1995 pode sinalizar que no Piauí as “discriminações” do trabalho feminino diminuíram pela ampliação das oportunidades no mercado de trabalho no setor de prestação de serviços e melhoria do nível de escolaridade.

A equação (1) também foi ajustada considerando-se a situação de domicílio (urbano ou rural) e a atividade do trabalho principal agrícola, separadamente. Os resultados, considerando a situação do domicílio urbano e rural, estão registrados na TABELA 6. Ela mostra que, na situação do domicílio urbano, os fatores considerados explicam (estatisticamente) apenas 54,7% (1992), 62,2% (1993) e 54,0% (1995) das variações do logaritmo do rendimento das pessoas economicamente ativas no Piauí.

TABELA 6
NÚMERO DE OBSERVAÇÕES, VALORES DE F E R² E A CONTRIBUIÇÃO MARGINAL DE CADA FATOR ⁽¹⁾ PARA O MODELO ESTIMADO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO PIAUÍ - 1992, 1993 E 1995.

ESTATÍSTICA	URBANO			RURAL		
	1992	1993	1995	1992	1993	1995
NÚMERO DE OBSERVAÇÕES	970	946	954	570	459	546
F ⁽²⁾	49,6	65,9	47,4	13,5	13,4	13,3
COEFICIENTE DE DETERMINAÇÃO (%)	54,7	62,2	54,0	36,3	41,2	36,9
CONTRIBUIÇÃO MARGINAL (%)						
sexo	9,9	4,0	6,6	16,9	11,5	3,4
idade	12,9	12,4	14,7	38,0	30,6	38,0
escolaridade	15,3	13,4	24,7	11,9	13,0	14,1
posição na ocupação	6,7	11,8	6,8	5,5	3,5	3,5
atividade principal	5,1	2,9	5,1	2,2	4,7	4,9
horas de trabalho	3,2	3,6	7,4	10,8	9,0	18,2

FONTE: IBGE. Microdados das PNAD de 1992, 1993 e 1995.

(1) Contribuição marginal do fator (SSII (fator) / *SSMODEL*) conforme Procedure *GLM/SAS*, em percentual.

(2) Coeficiente de F-teste estatisticamente significativo ao nível de 1%.

No meio urbano, destacam-se as contribuições, como porcentagem da parte das variações de *Y* explicadas pelo modelo completo, da idade, com 12,9% (1992), 12,4% (1993) e 14,7% (1995) e da escolaridade, com 15,3% (1992), 13,4% (1993) e 24,7% (1995), verificando-se o crescimento deste último fator como determinante da desigualdade no rendimento da PEA urbana piauiense, refletindo um mercado de trabalho formalizado, que exige uma maior qualificação.

No domicílio rural, os coeficientes de determinação foram 36,3% (1992), 41,2% (1993) e 36,9% (1995). Os fatores que mais explicam as variações no rendimento, sofreram alternância entre esses anos, pois, em 1992, a idade contribuiu com 38,0%, o sexo com 16,9% e a escolaridade com 11,9%. Já em 1993, a idade contribuiu com 30,6%, o sexo diminuiu para 11,5% e a escolaridade se eleva para 13,0%. Em 1995, destacam-se a idade com 38,0%, a escolaridade com 14,1% e horas de trabalho com 18,2%.

A idade aparece como o fator mais explicativo da desigualdade dos rendimentos das pessoas economicamente ativas no meio rural nos três anos, seguida das horas de trabalho, refletindo as próprias características do mercado de trabalho rural, em que as pessoas possuem baixa escolaridade.

A TABELA 7 apresenta as equações ajustadas para o setor agrícola em 1992, 1993 e 1995. Observa-se que o coeficiente de determinação é 36,1% (1992), 43,1% (1993) e 31,9% (1995). Os valores de *F* são estatisticamente significativos em nível de 1% nos três anos, considerando o conjunto das variáveis do modelo ajustado.

A importância relativa de cada uma das variáveis na explicação dos diferenciais dos rendimentos das pessoas ocupadas na atividade agrícola no Piauí é dada pela contribuição marginal. Nesse modelo ajustado destacam-se a idade, que contribuiu com 55,7% (1993), 37,0% (1993) e 61,9% (1995), as horas de trabalho, com 14,0% (1992), 9,3% (1993) e 17,0% (1995) e a posição na ocupação, com 4,8% (1992), 10,2% (1993) e 10,6% (1995). Esse último fator é uma *proxy* da propriedade fundiária.

O conta-própria é a forma de inserção no mercado de trabalho predominante no Piauí, mas, ao mesmo tempo, essa categoria tende a ganhar 20,0% no geral, 11,0% no domicílio urbano, 32,0% no domicílio rural e 36,0% no setor agrícola menos do que o empregado assalariado com carteira assinada em 1995. É mais um indicador a esclarecer o baixo rendimento das pessoas economicamente ativas no estado.

4 - O GRAU DE POBREZA

TABELA 7
NÚMERO DE OBSERVAÇÕES, VALORES DE *F* E *R*² E A CONTRIBUIÇÃO MARGINAL DE CADA FATOR ⁽¹⁾ PARA OS MODELOS ESTIMADO, POR ATIVIDADE PRINCIPAL AGRÍCOLA; PIAUÍ- 1992, 1993 E 1995.

ESTATÍSTICA	AGRÍCOLA		
	1992	1993	1995
NÚMERO DE OBSERVAÇÕES	534	398	441
<i>F</i> ⁽²⁾	14,5	14,3	9,9
COEFICIENTE DE DETERMINAÇÃO (%)	36,1	43,1	31,9
CONTRIBUIÇÃO MARGINAL (%)			
situação do domicílio	0,0	0,4	0,0
sexo	6,8	6,5	0,3
idade	55,7	37,0	61,9
escolaridade	5,5	9,3	5,2
posição na ocupação	4,8	10,2	10,6
horas de trabalho	14,0	9,3	17,0

FONTE: IBGE. Microdados das PNAD de 1992, 1993 e 1995.

(2) Contribuição marginal do fator (*SSII* (fator) / *SSMODEL*) conforme Procedure *GLM/SAS*, em percentual. (1) Os valores de *F* são estatisticamente significativos ao nível de 1%.

ABSOLUTA NO ESTADO DO PIAUÍ

O grau da pobreza piauiense é avaliado através dos índices de pobreza que constam na TABELA 8. Estes indicadores mensuram o grau da pobreza absoluta, considerando três linhas de pobreza (1/4 SM, 1/2 SM e 1 SM).

Observa-se que o número de pobres decresce entre 1992 e 1995, para as linhas de pobreza de $\frac{1}{4}$ SM e $\frac{1}{2}$ SM. Para linha de pobreza de 1 SM, o número de pobres se eleva de 1992 a 1993 e decresce de 1993 a 1995. A taxa de variação da proporção de pobres no Piauí foi de -1,5% no período de 1992 a 1993 e -13,2% de 1993 a 1995 para uma linha de pobreza de 1 SM. No Nordeste ocorre crescimento da proporção de pobres de 3,1% no período de 1992 a 1993 e diminuição a uma taxa de -17,7%, superior à do Piauí, de 1993 a 1995.

Pode-se justificar a diminuição do número de pobres com linha de pobreza de 1 SM pela diminuição do efeito da inflação sobre o salário-mínimo, vez que o SM teve aumento de 42,86% em maio/1995, permitindo ao governo contabilizar ganhos na queda do nível da pobreza sem ter nenhum plano de combate à pobreza.

A relação entre a insuficiência de renda e a renda total (r%) fornece o percentual da renda total cuja redistribuição seria necessária para eliminar a pobreza absoluta. Admitindo-se a linha de pobreza de 1 SM, a relação entre a insuficiência de renda e a renda total (r%) é de 37,7% em 1992, 31,6% em 1993 e 20,0% em 1995, significando que se precisa redistribuir em torno de 30% da renda total gerada pela PEA para elevar o rendimento de todos os pobres no Piauí até a linha de pobreza.

TABELA 8
MEDIDAS DE POBREZA ABSOLUTA ENTRE AS PESSOAS
ECONOMICAMENTE ATIVAS⁽¹⁾ COM RENDIMENTO
PIAUI -1992, 1993 E 1995

ESTATÍSTICA		LINHAS DE POBREZA ⁽²⁾		
		1 SM	$\frac{1}{2}$ SM	$\frac{1}{4}$ SM
Número de pobres	1992	570.031	366.760	216.518
	1993	630.994	358.611	213.761
	1995	566.832	257.367	116.180
Proporção de pobres	1992	0,722	0,465	0,274
	1993	0,711	0,404	0,241
	1995	0,617	0,280	0,127
Índice de Pobreza de Sen	1992	0,534	0,322	0,169
	1993	0,502	0,275	0,140
	1995	0,389	0,172	0,071
I ⁽³⁾	1992	0,573	0,542	0,465
	1993	0,546	0,532	0,436
	1995	0,482	0,468	0,419
φ ⁽⁴⁾	1992	0,300	0,169	0,079
	1993	0,267	0,142	0,061
	1995	0,185	0,079	0,030

FONTE: IBGE. Microdados das PNAD de 1992, 1993 e 1995.

(1) O total da PEA é 789.498 (1992), 887.623 (1993) e 917.977 (1995). (2) Linha de pobreza com valor real igual ao maior salário mínimo de agosto de 1980. Essa linha de pobreza em moeda corrente é Cr\$ 651218 em 1992, 13057,63 em 1993 e 143,15 em 1995 (sempre em setembro, que é o mês de referência das PNAD). (3) Razão de insuficiên-

As TABELAS 9 e 10 apresentam as medidas de pobreza absoluta, conforme o domicílio urbano e rural, respectivamente. Todos os indicadores apontam que a pobreza é mais acentuada no meio rural que no urbano, o que decorre das próprias formas de inserção no mercado de trabalho piauiense, onde predominam os trabalhadores por conta-própria desenvolvendo atividades de subsistência.

Na zona urbana, para as linhas de pobreza de 1/2 e 1/4 SM, a proporção de pobres é pequena se comparada com a da zona rural. Com a linha de pobreza de 1 SM, a proporção de pobres rural é maior que a de pobres urbana, 1,26 vezes em 1992, 1,34 em 1993 e 1,54 em 1995, mostrando que o decréscimo na proporção de pobres é maior no domicílio urbano.

Registra-se que essa proporção de pobres diminuiu em 22,7% na zona urbana e em 5,6% na zona rural de 1992 a 1995. E, considerando-se a

linha de pobreza de 1 SM, a insuficiência de renda como porcentagem da renda total é de 25,3% em 1992, 21,6% em 1993 e 12,0% em 1995, no domicílio urbano, e 81,6% em 1992, 62,5% em 1993 e 44,6% em 1995, no rural.

Pode-se inferir, a partir dos dados analisados, que o efeito da redução inflacionária sobre a pobreza se reflete com maior intensidade no setor urbano, porque a cobertura do salário-mínimo é maior, permitindo às pessoas economicamente ativas ultrapassarem a linha de pobreza. O número de pessoas pobres com domicílio urbano é, inclusive, 1,29 vezes maior que o número de pobres com domicílio rural em 1992, com linha de pobreza de 1 SM. Em 1995, o número de pessoas pobres com domicílio rural fica 1,01 vezes maior que os com domicílio urbano, considerando a mesma linha de pobreza.

No Piauí, as pessoas economicamente ativas que residem no domicílio rural exercem atividades,

TABELA 9
POBREZA ABSOLUTA ENTRE AS PESSOAS ECONOMICAMENTE
ATIVAS COM RENDIMENTO⁽¹⁾ NO DOMICÍLIO URBANO;
PIAUI - 1992, 1993 e 1995.

ESTATÍSTICA		LINHAS DE POBREZA ⁽²⁾		
		1 SM	= SM	= SM
Número de pobres	1992	322.087	187.554	105.069
	1993	343.438	183.379	109.059
	1995	281.328	107.843	38.553
Proporção de pobres	1992	0,657	0,382	0,214
	1993	0,627	0,335	0,199
	1995	0,508	0,195	0,070
Índice de Pobreza de Sem 1992	1992	0,534	0,322	0,169
	1993	0,431	0,229	0,116
	1995	0,292	0,105	0,032
I ⁽³⁾	1992	0,532	0,524	0,457
	1993	0,525	0,535	0,444
	1995	0,442	0,413	0,343
φ ⁽⁴⁾	1992	0,300	0,169	0,079
	1993	0,224	0,118	0,051
	1995	0,128	0,043	0,011

FONTE: IBGE. Microdados das PNAD de 1992, 1993 e 1995.

(1) O total da PEA urbana é 490.494 (1992), 547.433 (1993) e 553.284 (1995). (2) Linha de pobreza com valor real igual ao maior salário-mínimo de agosto de 1980. Essa linha de pobreza em moeda corrente é Cr\$ 651218 em 1992, 13057,63 em 1993 e 143,15 em 1995 (sempre em setembro, que é o mês de referência das PNAD). (3) Razão de insuficiência de renda. (4) Índice de Pobreza. Fonte: Tabela 9.

TABELA 10
POBREZA ABSOLUTA ENTRE AS PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS
COM RENDIMENTO NO DOMICÍLIO RURAL⁽¹⁾
PIAUÍ -1992, 1993 E 1995

ESTATÍSTICA		LINHAS DE POBREZA ⁽²⁾		
		1 SM	— SM	— SM
Número de pobres	1992	247.944	179.206	111.449
	1993	287.556	175.232	104.702
	1995	285.504	149.524	77.627
Proporção de pobres	1992	0,829	0,599	0,373
	1993	0,845	0,515	0,307
	1995	0,783	0,410	0,213
Índice de Pobreza de Sen	1992	0,649	0,560	0,472
	1993	0,613	0,349	0,177
	1995	0,532	0,270	0,127
I ⁽³⁾	1992	0,627	0,560	0,472
	1993	0,571	0,529	0,427
	1995	0,522	0,508	0,457
ϕ ⁽⁴⁾	1992	0,391	0,229	0,109
	1993	0,337	0,179	0,077
	1995	0,272	0,134	0,057

FONTE: IBGE. Microdados das PNAD de 1992, 1993 e 1995.

(1) O total da PEA rural é 299.004 (1992), 340.190 (1993) e 364.693 (1995). (2) Linha de pobreza com valor real igual ao maior salário-mínimo de agosto de 1980. Essa linha de pobreza em moeda corrente é Cr\$ 651218 em 1992, 13057,63 em 1993 e 143,15 em 1995 (sempre em setembro, que é o mês de referência das PNAD). (3) Razão de insuficiência de renda (I). (4)

basicamente, agrícolas, e as que residem no domicílio urbano, atividades não-agrícolas. De 1992 a 1995, a PEA em situação de domicílio rural em atividades não-agrícolas obteve crescimento de 11,8% e as em atividades agrícola decréscimo de 3,9%. Essa é uma indicação de que o crescimento da ocupação em atividade não-agrícola no meio rural também vem se manifestando no campo piauiense, que passa a ter, nessas atividades, uma fonte significativa de renda para a PEA.

A TABELA 11 mostra as medidas de pobreza para três linhas de pobreza, 1 SM, 1/2 SM e 1/4 SM, considerando a atividade agrícola. O número de observações é 581 (1992), 602 (1993) e 634 (1995), correspondendo a 285.261, 326.616 e 330.305 pessoas ocupadas na atividade agrícola. Nota-se que as medidas de pobreza, no período de 1992 a 1995, apresentam diminuição, revelando decréscimo do grau da pobreza absoluta na agricultura piauiense.

A insuficiência de renda como porcentagem da renda total é de 55,2% para as pessoas ocupadas em atividade agrícola em 1995, considerando a linha de pobreza de 1 SM. Isso significa que é preciso redistribuir em torno de 50% da renda gerada para eliminar a pobreza absoluta.

5 - FATORES CONTRIBUTIVOS DA POBREZA PIAUIENSE

Os indicadores na TABELA 12 mostram que a contribuição do domicílio urbano para a pobreza piauiense foi de 50,7% (1992), 51,7% (1993) e 41,6% em 1995. O domicílio rural contribuiu em 49,3% (1992) e 48,3% (1993), crescendo o percentual para 58,4% em 1995, apesar do decréscimo da proporção de pobres.

As TABELAS 13, 14, 15 e 16 apresentam os resultados da decomposição da pobreza para as

peças ocupadas na atividade agrícola por faixa etária, escolaridade, sexo e formas de inserção no

1985 e 1995-96 no Piauí, obtém-se uma ordem de grandeza para produção de autoconsumo em ter-

TABELA 11
POBREZA ABSOLUTA ENTRE AS PESSOAS OCUPADAS COM
RENDIMENTO NA ATIVIDADE AGRÍCOLA⁽¹⁾ - PIAUÍ -1992, 1993 E 1995.

ESTATÍSTICA		LINHAS DE POBREZA ⁽²⁾		
		1 SM	1/2 SM	1/4 SM
Número de pobres	1992	232.727	168.899	103.596
	1993	278.869	167.092	100.367
	1995	264.661	128.163	66.166
Proporção de pobres	1992	0,816	0,592	0,363
	1993	0,854	0,512	0,307
	1995	0,801	0,388	0,200
Índice de Pobreza de Sen	1992	0,635	0,411	0,214
	1993	0,614	0,344	0,170
	1995	0,528	0,257	0,123
I ⁽³⁾	1992	0,626	0,551	0,443
	1993	0,564	0,529	0,409
	1995	0,500	0,508	0,470
φ ⁽⁴⁾	1992	0,381	0,217	0,095
	1993	0,335	0,175	0,071
	1995	0,264	0,128	0,057

FONTE: IBGE: Microdados das PNAD de 1992, 1993 e 1995.

(1) O total das pessoas ocupadas na atividade agrícola é 285.261(1992), 326.616 (1993) e 330.305 (1995). (2) Linha de pobreza com valor real igual ao maior salário-mínimo de agosto de 1980. Essa linha de pobreza em moeda corrente é Cr\$ 651218 em 1992, 13057,63 em 1993 e 143,15 em 1995 (sempre em setembro, que é o mês de referência das PNADs). (3) Índice de Pobreza de Sen. (4) Índice de Pobreza de Sen.

mercado de trabalho. O grupo etário de 30 a 49 anos contribuiu com 40,9% para a pobreza rural, embora represente apenas 32,8% das pessoas ocupadas na agricultura. Como é esperado, as pessoas sem instrução e com menos de 1 ano de estudo contribuíram com 54,4%, os homens com 82,5% e o grupo dos conta-própria com 72,7%. Vale ressaltar que essa última contribuição é superestimada pela não inclusão do valor da produção para autoconsumo.

HOFFMANN (1988) relaciona as informações sobre o valor da produção e valor das vendas de produtos vegetais e animais, calculando a diferença entre esses valores e obtendo uma indicação sobre a ordem de grandeza da produção para autoconsumo no Piauí, em 1980, de 37,7% do valor da produção agropecuária. No Brasil essa porcentagem é de 14,0%. Realizando-se o mesmo cálculo para os dados do Censo Agropecuário de

mos de proporção do valor da produção agropecuária de 32,5% (1985) e 33,8% (1995-96).

Em síntese, a desigualdade na distribuição pessoal da renda no Piauí e a pobreza diminuem nos anos de 1990, mas continuam em níveis elevados, indicando que não basta resolver o problema da inflação, porque as causas sócio-demográficas e econômicas se mantêm após o Plano Real, justamente porque os elementos estruturais da distribuição da renda não foram modificados com o Plano Real e que é possível existir concentração de renda, mesmo com baixa inflação.

TABELA 12
DECOMPOSIÇÃO DA POBREZA, CONSIDERANDO AS PESSOAS
ECONOMICAMENTE ATIVAS COM RENDIMENTO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍ-
LIO
PIAUÍ - 1992, 1993 E 1995

Situação do domicílio	número de pessoas	número de pobres	índice de FGT (φ)	contribuição no total da pobreza (%)	renda média do pobre ⁽¹⁾	proporção de pobres em cada grupo
urbano 1992	490.494	322.087	0,244	50,7	0,47	0,657
1993	547.433	343.438	0,224	51,7	0,48	0,627
1995	553.284	281.328	0,128	41,6	0,56	0,508
rural 1992	299.004	247.944	0,391	49,3	0,37	0,829
1993	340.190	287.556	0,337	48,3	0,43	0,845
1995	364.693	285.504	0,272	58,4	0,48	0,783
total 1992	789.498	570.031	0,300	100,0	0,43	0,722
1993	887.623	630.994	0,267	100,0	0,45	0,711
1995	917.977	566.832	0,185	100,0	0,52	0,617

FONTE: IBGE. Microdados das PNAD 1992, 1993 e 1995.

(1) Valores reais em unidades iguais ao maior salário-mínimo de agosto de 1980, de acordo com o INPC restrito. Este valor em pobreza em moeda corrente é Cr\$ 651218 em 1992, Cr\$ 13057,63 em 1993 e R\$143,15 em 1995 (sempre em setembro, que é o mês de referência das PNAD).

TABELA 13
DECOMPOSIÇÃO DA POBREZA, CONSIDERANDO AS PESSOAS
ECONOMICAMENTE ATIVAS COM RENDIMENTO E OCUPADAS EM
ATIVIDADE AGRÍCOLA, POR FAIXA ETÁRIA - PIAUÍ-1995.

FAIXA ETÁRIA	Número de pessoas	Número de pobres	Índice de FGT (φ)	Contribuição no total da pobreza (%)	Renda média do pobre ⁽¹⁾	Proporção de pobres em cada grupo
10 a 29 anos	81.273	76.063	0,406	38,0	0,39	0,936
30 a 49 anos	108.366	91.695	0,327	40,9	0,44	0,846
50 anos ou mais	140.666	96.903	0,130	21,1	0,65	0,689
total	330.305	264.661	0,263	100,0	0,50	0,801

FONTE: IBGE. Microdados da PNAD de 1995.

(1) Valores reais em unidades iguais ao maior salário-mínimo de agosto de 1980, de acordo com o

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fatores sócio-demográficos (sexo, idade e nível educacional) e econômicos (setor de atividade e horas de trabalho) explicam, em parte, a desigualdade entre os rendimentos das pessoas economicamente ativas no Estado do Piauí nos anos de 1990.

O mercado de trabalho piauiense cumpre o papel de principal gerador de desigualdade na distribuição da renda, apontando uma baixa qualidade da força de trabalho e dos postos de trabalho, re-

fletindo ainda as diferenciações segundo gênero e idade.

As especificidades do Piauí são o constante atraso em termos produtivos em relação ao Brasil, de forma que o baixo rendimento médio das pessoas se apresenta como o problema mais grave, principalmente para as pessoas que desenvolvem atividades agrícolas; e os fatores contributivos da desigualdade da distribuição da renda são a idade e a escolaridade, destacando-se a idade e a escolaridade no domicílio urbano e a idade, horas de trabalho e escolaridade no domicílio rural. Na atividade agrícola, a idade, a posição na ocupação e horas de trabalho.

Por isso, é relevante fundamentar políticas de renda que aumentem a renda agrícola e o nível de escolaridade, considerando-se modificações na estrutura produtiva piauiense.

TABELA 14
DECOMPOSIÇÃO DA POBREZA, CONSIDERANDO AS PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS COM RENDIMENTO E OCUPADAS EM ATIVIDADE AGRÍCOLA, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - PIAUÍ- 1995.

ANOS DE ESTUDO	Número de pessoas	Número de pobres	Índice de FGT (φ)	Contribuição no total da pobreza (%)	Renda média do pobre ⁽¹⁾	Proporção de pobres em cada grupo
s/instrução/menos 1 ano	203.704	163.589	0,232	54,4	0,54	0,803
1 a 4 anos	111.492	89.610	0,314	40,4	0,44	0,804
5 a 8 anos	10.420	9.378	0,385	4,6	0,37	0,900
9 anos ou mais	4.689	2.084	0,092	0,6	0,67	0,444
total	330.305	264.661	0,263	100,0	0,50	0,801

FONTE: IBGE. Microdados da PNAD de 1995.

(1) Valores reais em unidades iguais ao maior salário-mínimo de agosto de 1980, de acordo com o INPC restrito. Este valor em pobreza em moeda corrente é R\$ 143,15 em 1995 (sempre em setembro, que é o mês de referência da PNAD).

TABELA 15
DECOMPOSIÇÃO DA POBREZA, CONSIDERANDO AS PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS COM RENDIMENTO E OCUPADAS EM ATIVIDADE AGRÍCOLA, POR SEXO – PIAUÍ - 1995

SEXO	Número de pessoas	Número de pobres	Índice de FGT (φ)	Contribuição no total da pobreza (%)	Renda média do pobre ⁽¹⁾	Proporção de pobres em cada grupo
homem	253.198	197.973	0,283	82,5	0,46	0,782
mulher	77.107	66.688	0,195	17,5	0,62	0,865
total	330.305	264.661	0,263	100,0	0,50	0,801

FONTE: IBGE. Microdados da PNAD de 1995.

(1) Valores reais em unidades iguais ao maior salário-mínimo de agosto de 1980, de acordo com o INPC restrito. Este valor em pobreza em moeda corrente é R\$ 143,15 em 1995 (sempre em setembro, que é o mês de referência da PNAD).

TABELA 16
DECOMPOSIÇÃO DA POBREZA, CONSIDERANDO AS PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS COM RENDIMENTO E OCUPADAS EM ATIVIDADE AGRÍCOLA, POR FORMAS DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO - PIAUÍ- 1995.

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	Número de pessoas	Número de pobres	Índice de FGT (φ)	Contribuição no total da pobreza (%)	Renda média do pobre ⁽¹⁾	Proporção de pobres em cada grupo
empregado carteira. Assinada	1.563	1.042	0,061	0,11	0,70	0,667
outros empregados	45.324	41.156	0,269	14	0,50	0,908
conta-própria	210.478	162.027	0,300	72,7	0,44	0,770
empregadores	7.815	2.605	0,092	0,83	0,56	0,333
não remunerados	65.125	57.831	0,163	12,2	0,65	0,888
total	330.305	264.661	0,263	100,0	0,49	0,801

FONTE: IBGE. Microdados da PNAD de 1995.

(1) Valores reais em unidades iguais ao maior salário-mínimo de agosto de 1980, de acordo com o INPC

Abstract:

This work analyzes the income distribution and poverty in Piauí. It identifies the social-demographic conditioning and combined factors of this distribution and it verifies the influence of variable situations of urban and rural domicile, education, sex, age, position in occupation, work hours and the activity sector in the distributive profile of income and in poverty among economically active persons. Poverty is focused under the point of view of income insufficiency. The analysis of individual data of the PNAD of 1992, 1993 and 1995 showed that the principal determinants of income of a person economically active in Piauí are age and school level. In the urban domicile, age and school level are emphasized, and in the rural domicile, age, work hours and school level are emphasized. In the agricultural activity, age, position in the occupation and work hours are emphasized. Poverty in the 90's is still elevated principally when the rural domicile is considered and people are occupied in agriculture. The design of social politics must then pass with priority by the incentive to education and to alternatives of agricultural income.

Key Words :

Income Distribution; Poverty; Brazil-Piauí; Brazil –Northeast.

7 – BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- CORRÊA, A. M. C. J. **Distribuição de rendimentos e pobreza na agricultura brasileira: 1981-1990.** Piracicaba, 1995. Tese (Doutorado em Economia Agrária) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 1995.
- CORRÊA, A. M. C. J., HOFFMANN, R. Fatores condicionantes da desigualdade de rendimentos na agricultura paulista; 1981-90. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 34., Aracaju, 1996. **Anais...** Aracaju: SOBER, 1996. p. 80-92.
- HOFFMANN, Rodolfo. Desigualdade e pobreza na agricultura de Goiás: 1970-1990. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 237-254, jul./set. 1994.
- _____. **Desigualdade e pobreza no Brasil: atualização até 1995.** Piracicaba: ESALQ/USP, 1996. (Mimeogr.).
- _____. **Income distribution in Brazil and the regional and sectoral contrasts.** Piracicaba: ESALQ/USP, 1997. (Mimeogr.).
- HOFFMANN, R., SILVA, J. Graziano da. Desigualdade e estratificação social. **Revista de Finanças Públicas**, v. 39, n. 339, p. 23-30, jul./set. 1979.
- FOSTER, James, GREER, Joel, THORBECKE, Erik. Notes e comments: a class of decomposable poverty measures. **Econometrica**, v. 52, n. 3, p. 761-766, may 1984.
- LANGONI, C. G. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.
- POCHMANN, Márcio. **Desigualdade dos rendimentos: o que há de novo?.** Campinas: UNICAMP, 1997. Versão preliminar.

Recebido para publicação em 27.AGO.1999.